

Governadores pedem convenção extraordinária do PMDB

Uma convenção extraordinária do PMDB para o encontro de soluções que garantam a tranquilidade política do país entre o fim da Constituinte e a posse do sucessor do presidente José Sarney está sendo defendida pelos governadores Moreira Franco (Rio), Orestes Quêrcia (São Paulo), Waldir Pires (Bahia), Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Miguel Arraes (Pernambuco). Eles já levaram a reivindicação ao presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães.

Moreira Franco disse a políticos fluminenses que a grande preocupação do partido, daqui para a frente, terá de ser com o hiato que vai ocorrer da promulgação da nova Constituição à posse do novo presidente. Ao mesmo tempo, em Porto Alegre, Simon não escondeu um receio: o de que o país entre, depois de encerradas as atividades da Constituinte e a convocação para 1988 da eleição direta, em um processo de anarquia econômica. Esse processo, segundo o governador gaúcho, o PMDB terá de evitar.

Governabilidade — Em julho, uma semana antes da convenção nacional do PMDB, que decidiu remeter a decisão soberana da Constituinte a questão do sistema de governo e a do tempo de mandato de Sarney, Moreira começou a bater na tecla de que "mais importante do que esses dois pontos polêmicos era a definição das linhas de governabilidade do presidente da República". A tese associaram-se, de imediato, o mineiro Newton Cardoso e o cearense Tasso Jereissati. Mais tarde, Quêrcia, Waldir Pires e Simon também aderiram a ela.

Moreira buscou, no caso, adaptar ao processo brasileiro, uma teoria do filósofo alemão J. Habermas, para quem "governabilidade" é o produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos gover-

nos". Em uma linguagem de computador, Habermas destacou, ainda, que a não-governabilidade "é a soma de uma crise de *input* (dados que se fornece) e de uma crise de *output* (dados que se recebe)". As crises de *output* têm a forma da crise de racionalidade: o sistema administrativo não consegue compatibilizar, nem agilizar eficientemente, os imperativos de controle que lhe chegam do sistema econômico. Já as crises de *input* têm a forma da crise de legitimidade: o sistema legitimador não consegue preservar o nível necessário de lealdade da massa, impulsionando assim os imperativos de controle do sistema econômico que ele assume.

A questão da governabilidade voltou à baila, mais uma vez, na reunião que os governadores do Rio, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul realizaram domingo passado, no Palácio Laranjeiras. Só que agora, eles não reclamam a sua definição clara para Sarney conclua o processo de transição. Mas querem que o PMDB, através de sua convenção nacional, a garanta, para uma segura travessia da entrada em vigor da nova Constituição e a posse do futuro presidente da República.

□ O governador Moreira Franco advertiu um grupo de 100 empresários, a maioria deles ligados a empresas multinacionais britânicas, de que mais do que nunca é necessário que os empresários brasileiros acreditem que o foro nacional para debates é a Constituinte. Fora dela, alertou, "será a violência das armas e nós queremos conviver na força do direito, da lei, da palavra e da liberdade". Moreira falou durante almoço da Câmara Britânica de Comércio no Rio. Condenou a desconfiância dos empresários, grandes e pequenos, na Constituinte, salientando que o momento "pede o seu fortalecimento" para que não ocorra o rompimento da transição, "que poderá custar caro à sociedade".

Tasso quer partido atento

FORTALEZA — O governador Tasso Jereissati advertiu que o PMDB deve estar preparado para enfrentar todas as alternativas que surgirem das decisões da Constituinte, inclusive a relativa ao mandato do presidente José Sarney. "O partido precisa estabelecer uma estratégia e traçar um rumo que nos permita ultrapassar sem traumas a atual e muito grave situação nacional", acrescentou.

Para o governador do Ceará, que hoje recebe seus colegas do Nordeste para uma reunião com o ministro do Interior, João Alves, é imprescindível, diante do impasse em que o país se encontra, que as lideranças pemedebistas apresentem soluções para a crise. "O PMDB precisa estar pronto para o futuro próximo, qualquer que seja ele."



Tasso

Amigo do presidente Sarney — que inesperadamente cancelou a viagem que faria amanhã ao Ceará, para inaugurar um auge —, Tasso apontou a falta de credibilidade de todas as instituições perante a opinião pública como um dos componentes do que chamou de "clima de insegurança e incerteza".

"Como a Constituinte ainda não definiu as regras do jogo econômico, todos os investimentos privados estão paralisados. Não estamos contando neste momento nem com a poupança externa nem com a interna e, para completar, temos um governo que não sabe quanto tempo ainda vai governar. Tudo isso provoca um clima de tensão, cujo ápice foi o caso, também muito grave, da Autolatina", comentou.

Tasso entende que o PMDB precisa, com urgência, assumir consciência da gravidade da crise e garantir a estabilidade da transição democrática. Ele acha que, na hipótese de a Constituinte fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney, caberá ao PMDB estabelecer uma estratégia que lhe dê a oportunidade das iniciativas.

Nordeste define posição hoje

Os governadores nordestinos do PMDB aproveitarão a reunião com o ministro do Interior, João Alves, do PFL, com quem discutirão o secular problema da seca e a falta de dinheiro para combatê-la com mais eficiência, para definir uma posição a respeito da proposta de seus colegas do Sul e centro-Sul: redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos.

Até ontem à noite, nenhum dos go-

vernadores havia chegado, mas o Palácio do Cambé, sede do poder Executivo cearense, confirmou que todos estarão presentes, inclusive o sergipano Carlos Valadares, do PFL, e a vice-governadora de Minas Gerais, Júnia Marise. O anfitrião Tasso Jereissati confirmou a pauta da reunião com o ministro João Alves e admitiu que, depois do encontro, os pemedebistas "certamente vão conversar sobre a situação nacional".

Sarney insiste nos cinco anos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney classificou de "mentira" as notícias sobre a mudança de sua posição em relação ao mandato de cinco anos e ao sistema presidencialista de governo. "Há muita gente querendo deturpar minhas posições. Isso é mentira. Está bastante claro que o meu ponto de vista é final: cinco anos de mandato com presidencialismo. Quem disser o contrário está mentindo", afirmou com irritação, durante reunião matinal com os chefes do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do SNI, general Ivan de Souza Mendes.

Segundo um assessor do Palácio do Planalto, o presidente tem sobre a mesa uma pesquisa, feita esta semana entre os 93 membros da Comissão de Sistematização, que dá "tranquilidade" ao governo para a votação das Disposições Transitórias, onde será definida a duração do mandato e a vigência do parlamentarismo.

Os números, colhidos por "dois parlamentares da confiança do presidente", indicam que 53 dos 93 membros da Sistematização são pela manutenção do presidencialismo no atual mandato, que deveria ser de cinco anos; 17 preferem o parlamentarismo com eleições diretas para presidente logo após a promulgação da nova Constituição; e 17 são parlamentaristas e defensores de eleições em novembro do ano que vem. Três parlamentares não foram consultados e três disseram que vão se abster na votação. Dos 53 apontados como presidencialistas, seis são defensores do mandato de seis anos para Sarney.

Agora, pedidos. Depois, reação

A cinco dias do início das votações que definirão a extensão de seu mandato — quatro ou cinco anos — e o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — o presidente José Sarney começou a pedir votos por telefone. Foi o que fez ontem, ligando para o Senador Wilson Martins (PMDB-MS) e os deputados José Jorge (PFL-PE), Tomas Nonó (PFL-AL) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE). A Martins pediu cinco anos de mandato e a José Jorge disse: "Me ajude nessa questão do sistema de governo".

No início da noite, o Senador Martins disse que apenas confirmava ter recebido pela manhã a ligação do Presidente. afirmou o senador que o presidente não lhe falou sobre sistema de governo: "Ele sabe que sou parlamentarista".

Ao deputado José Jorge, num telefonema de dois minutos, o presidente, em tom de brincadeira, pediu: "Vê se pára de pensar só em Pernambuco e me ajuda aí nessa questão do sistema de governo". Nesta conversa, o presidente não falou, mas deixou implícito, segundo o deputado, que além do presidencialismo deseja os cinco anos.

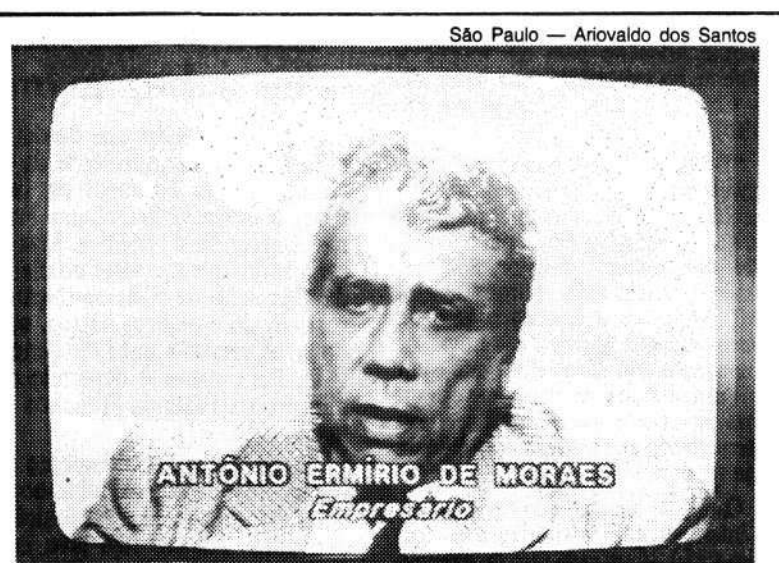
Assessores do presidente Sarney confirmaram, no começo da noite, que ele está empenhado desde ontem num trabalho de corpo-a-corpo junto aos 93 integrantes da Comissão de Sistematização. Sarney vai ficar em Brasília acompanhando as votações, disposto, segundo um dos assessores, "a premiar, a agradecer e a reagir". O presidente, informou ainda o assessor, poderá desencadear uma política de retaliação contra os que votarem pelos 4 anos e o parlamentarismo já.

Collor fica com Covas

BRASÍLIA — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, lançou a candidatura do senador Mário Covas (PMDB-SP) à Presidência da República. "A tese das eleições diretas em 88 já pegou fogo, não vamos mais falar em diretas, vamos lançar candidatos e botar a campanha nas ruas", afirmou o governador, que depois distribuiu nota com o título: "Collor apela a Covas para que lance candidatura a presidente".

Collor esteve pela manhã no apartamento do senador, que, no início da tarde, viajou para São Paulo a fim de se submeter a um *check-up* da cirurgia realizada há 60 dias, quando implantou duas pontes de safena e uma mamária. Segundo o governador Collor, o senador considerou "procedente" sua argumentação sobre candidaturas, embora não tenha aceitado de pronto a ideia de se lançar candidato à sucessão de Sarney.

— Ele ficou lisonjeado com a minha sugestão de que seja o candidato, mas ponderou que antes é preciso ouvir o partido sobre o assunto —. Collor entende que Covas "é um pemedebista histórico e um político que age em função dos anseios do PMDB". Apontado sempre como candidato à Vice-Presidência numa chapa com Mário Covas, o governador afirmou ainda: — Desde abril eu venho defendendo a candidatura Mário Covas por considerá-lo a melhor solução para o meu partido e o país. Pessoalmente, não estou postulando nenhum cargo".



Ermírio: dados, em vez de discursos

PTB inicia a campanha

Ermírio é astro na televisão

Ricardo Kotscho

SÃO PAULO — Apesar de bater na madeira toda vez que falam na candidatura à Presidência da República, o empresário Antônio Ermírio de Moraes é a grande atração do programa do PTB que vai ao ar em cadeia nacional às 20h 30 min de amanhã, no horário gratuito da Justiça Eleitoral. Ermírio aparece nada menos que cinco vezes, apresentando respostas para a questão central do programa: "Por que este país não dá certo?".

Trata-se de uma grande reportagem sobre todas as desgraças brasileiras, da fome das crianças à miséria dos aposentados, entremeadas por depoimentos de 14 petebistas e outros tantos populares, que levou um mês para ser produzida por uma equipe de 16 pessoas da TV-1, produtora independente de Sérgio Motta Mello, ex-correspondente internacional da Rede Globo.

Ermírio e Vargas — Antônio Ermírio relutou muito em participar do primeiro programa nacional do PTB após a derrota que sofreu nas eleições para o governo de São Paulo, no ano passado. Mas no fim aceitou e acabou imprimindo sua marca característica: poucos discursos de políticos e muitos números. Só um personagem concorre com Ermírio: Getúlio Vargas e sua carta-testamento, lida em tom dramático por Oswaldo Sargentelli ao longo de todo o programa.

Com roteiro da jornalista Selma Santa Cruz, ex-correspondente da revista *Veja* nos Estados Unidos, o programa custou CZ\$ 4 milhões ao PTB e, para fugir dos triunfalismos próprios do gênero, procura apresentar um diagnóstico sócio-econômico do país, destacando os contrastes entre suas riquezas naturais e a pobreza do povo. Por exemplo: com base em números do Dieese, Ibge e Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, informa que apenas 4 dos proprietários ocupam 67% das terras, enquanto os restantes 96% têm que dividir 33% dos solos agricultáveis.

Em seguida, Antônio Ermírio, o primeiro a falar, aproveita a deixa

para lançar sua primeira plataforma de candidato não declarado: a solução é aumentar a produtividade expandindo a irrigação, em vez de jogar dinheiro fora com obras como a Ferrovia Norte-Sul.

Golpe de 64 — A reforma agrária é defendida pelo fazendeiro Jorge Egreja, deputado constituinte do PTB-SP de São Paulo, mas só em terras improdutivas. Com cenas da época, Sargentelli lembra que o governo petebista de João Goulart foi derrotado pelo golpe de 1964 exatamente porque queria fazer a reforma agrária. Resultado: hoje, o brasileiro tem que trabalhar mais para ganhar menos. Os 33% dos trabalhadores que ganham até um salário mínimo, informa o programa do PTB, recebem um terço a menos do que em 1959. Em defesa deles, Antônio Ermírio, dono do maior império industrial do país, lembra que 55% das crianças brasileiras estão desnutridas e propõe investimentos em saneamento básico, saúde e educação.

Para fazer isso, receita Ermírio, o governo deve prestigiar a iniciativa privada e combater o endividamento das empresas estatais, "fechando as máquinas". Assim como os políticos, os populares também não conseguem apresentar soluções novas, mas uns e outros procuram demonstrar esperanças em dias melhores, sem que se consiga entender em que baseiam o otimismo.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) se encarrega de esquentar o programa ao atacar "os milicos, filhos e filhas de milicos, que se aproveitam do povo e vão ser dirigentes de empresas estatais". O presidente nacional do partido, Paiva Muniz, do Rio, só aparece em duas breves falas, assim como o líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi (SP). No final, Ermírio volta para fazer uma profissão de fé democrática, rechaçando a ameaça de um golpe e recomendando "trabalho responsável" para tirar o Brasil "desta situação vexatória". Antes de entrar a vinheta final em que o PTB garante que "o Brasil tem tudo para dar certo", um menino faz seu protesto: "Acho ruim esses caras que ficam botando defeitos no Brasil". Misturando nostalgia getulista com denúncias de injustiças sociais, não fosse Antônio Ermírio, a maior parte do programa do PTB poderia ser aproveitada pelo PDT e pelo PT.

Brizola ameaça com plebiscito

O governador Leonel Brizola está disposto a disputar a presidência da República, com qualquer sistema de governo, fazendo, entretanto, a ressalva de que, se a Constituinte aprovar o parlamentarismo e ele vencer a eleição, convocará imediatamente plebiscito para a volta do presidencialismo. Brizola "se curvaria à mudança de sistema de governo apenas se a sua adoção fosse precedida de referendo popular".

A saída da convocação de eleições gerais pelo presidente José Sarney é interpretada pelo ex-governador fluminense como "medida capaz de ampliar o raio de ação da crise". Acha que esse princípio seria válido em 1986, "desde que as elites políticas tivessem aceito a proposta de prorrogação do mandato do ex-presidente Figueiredo". Agora, ele acredita que "a ideia pode parecer provocação, porque os mandatos dos governadores, senadores e deputados federais e estaduais são legítimos. Apenas o do presidente da República é biônico".

Autoridade — Brizola fez uma rápida análise do episódio da Autolatina e disse que se tivesse no lugar de Sarney teria demitido, ontem, o ministro Paulo Brossard, autor do parecer que permitiu a vitória na Justiça da *holding* que controla a Volkswagen e a Ford. Segundo o ex-governador do Estado do Rio, "ninguém pode servir, ao mesmo tempo, a dois senhores".

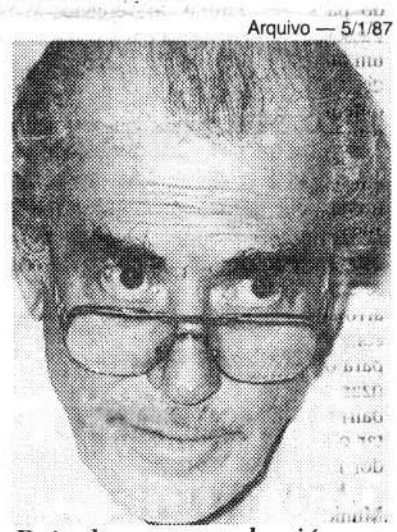
— Eu ainda não sei aonde os governadores, que apoiavam recentemente um mandato de cinco anos para o atual presidente da República, querem chegar com uma repentina mudança de atitude. É como lançar carga ao mar — observou Brizola.

O ex-governador fluminense acha que "a eleição direta ficou bem mais próxima" diante do agravamento da crise. Para ele, a inflação brasileira "é um caso típico de cumplicidade das elites". E afirma que "o seu lastro, a sua causa, tem origem na dívida externa".

Sobre a sua campanha, Brizola mostra-se reticente e parece aguardar, com ansiedade, para lhe dar rumos definitivos, a votação pela Comissão de Sistematização da Constituinte do sistema de governo e do tempo de mandato do presidente Sarney. Se der parlamentarismo, a campanha será iniciada, imediatamente, "como forma de denúncia à opinião pública de mais um ruaz retrocesso político".

— Eu vou para as ruas sem enganar a ninguém. Com as minhas ideias e a certeza de que o meu partido, sem vícios de origem, tem a receita certa para as transformações sociais que o país reclama — concluiu o candidato do PDT.

A candidatura de Brizola será lançada domingo pelo PDT mineiro, durante a convenção destinada a eleger o novo diretório regional.



Brizola: campanha já

PT lança Lula em dezembro

BRASÍLIA — O deputado Luiz Inácio da Silva, Lula, 42 anos, que começou a vida política como líder sindical em São Paulo, será lançado candidato à Presidência da República no V Encontro Nacional do PT, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, em Brasília. Nesse encontro, para o qual estão sendo esperados 600 representantes de todo o país, Lula também entregará a presidência do partido, que vinha ocupando desde 1980.

"Antes de entrar em campanha, temos que primeiro garantir as eleições diretas para o próximo ano", disse Lula, explicando assim por que combinou com o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, presidente do PDT, um encontro em Brasília, esta semana, para a discussão da retomada dos comícios pródiretas. O encontro deveria ter sido marcado para hoje, mas foi adiado por conveniências de Brizola. O primeiro comício em praça pública poderá ser no dia 13 de dezembro, em São Paulo.

Lula, que conversou com Brizola no domingo por telefone, acha que a aliança entre PT e PDT na promoção da campanha das diretas em 1988 "irá apressar o processo, pois o PMDB e o PFL não vão querer ficar a reboque". Além disso, a união dos dois partidos poderá ser útil se as eleições presidenciais forem em dois turnos, pois o que tiver maior número de votos poderá atrair, no segundo turno, o apoio do perdedor.

Apesar de não ser enfático quando descarta a possibilidade de coligação entre PDT e PT — com Brizola para presidente e ele de vice — Lula disse que, taticamente, interessa a seu partido concorrer com candidatura própria. "Não existe outra forma de crescer senão conversando e aparecendo com cara própria, marcando presença", afirmou.

A "ideia principal" de sua candidatura à Presidência é "mostrar ao



Lula: eleição é obrigação

trabalhador brasileiro de que ele pode ser poder neste país, dentro do princípio elementar da democracia de que a maioria dita as regras". Assim, só a perspectiva de entrar em cadeia de rádio e televisão alguns minutos por dia já justificaria a candidatura própria do PT.

Lula acha que o presidente Sarney, que no seu entender mostrou "incompetência para o cargo", só tem um caminho para desfazer a frustração da opinião pública: "Convocar logo as eleições e devolver o cargo ao povo. É isso não seria nenhum gesto de heroísmo, mas uma obrigação".

PT e PDT defendem o presidencialismo e diretas no próximo ano. O PT trabalha por eleições gerais seis meses após a promulgação da Constituição e o PDT, apenas por eleições presidenciais. "Eu, pessoalmente, prefiro diretas gerais em novembro de 1988", declarou o pré-candidato Lula, que conta com uma bancada de 16 deputados federais, diretórios instalados em 1 mil 300 municípios de todos os estados e territórios, uma boa imagem na televisão e a marca do novo sindicalismo.

Aureliano faz PFL lembrar 84

BRASÍLIA — Como em 1984, na sucessão do presidente Figueiredo — quando perdeu a chance por não ocupar espaços políticos —, o hoje ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, volta a hesitar no momento em que tem condições de concorrer à Presidência da República com o apoio do presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, que se dispôs de jogar sua candidatura nas ruas sob as bandeiras do presidencialismo e das diretas em 88.

O ministro diz que antes de deixar o governo precisa firmar imagem de bom administrador. Assim, não abre mão de concluir e inaugurar três grandes obras de sua gestão: a entrada em funcionamento da metade das máquinas de Itaipu, a usina hidrelétrica de Itaiparica e os 700 quilômetros de linhas de transmissão de energia na Amazônia.

Há quatro meses, Aureliano intensificou seus contatos com a área política, nomeando inclusive um novo assessor parlamentar para o ministério, o ex-deputado federal Volney Siqueira e vêm recebendo até 40 parlamentares por semana. Nem sempre, contudo, os parlamentares saem satisfeitos do gabinete, pois Aureliano, em vez de promover se engajar pelo presidencialismo, diz apenas que não interferirá na Constituinte.

O ministro falou três horas à CPI do Racionamento de Energia, no auditório do Senado, a uma plateia com cerca de 10 assessores e presidentes de empresas vinculadas ao seu ministério, em ato pouco prestigiado por políticos. Havia ali, entre os senadores, apenas José Agripino Maia (RN), Jorge Bornhausen (SC), Virgílio Távora (CE) e Roberto Campos (MT) — os dois primeiros do PFL e os dois últimos do PSD. O senador Maciel deu apenas uma passada no meio da conferência.

Hoje, Aureliano estará na sede carioca da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para nova palestra, e amanhã irá a Mato Grosso do Sul, para inaugurar em Dourados uma nova linha de transmissão de energia, entre Itaipu e o estado. Em ambos os compromissos, estará presente o ministro e o candidato Aureliano Chaves.